

MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE PESSOAS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA CASA VERDE – MS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA SOCIABILIDADE

MEMORY AND TRAJECTORY OF INDIVIDUALS SETTLEMENT PROJECT NOVA CASA VERDE - MS: A CASE STUDY ON THE DEVELOPMENT OF SOCIABILITY

Leandro Baller¹
Jordana Cristina Barbosa Alves²

RESUMO: O artigo problematiza as diferentes formas de reprodução social do Projeto de Assentamento (P.A.) Casa Verde, a diversidade humana e laboral que se apresenta nesse ambiente. É possível perceber a maneira como as pessoas que ali residem encaram o cotidiano sendo elas próprias agentes político-sociais do lugar onde moram. O aporte teórico-metodológico é respaldado em primeiro plano pela compatibilidade com a História Agrária, embora com um aprofundamento nas teorias sociológicas. As fontes históricas foram produzidas pelos autores e possuem aproximação com a História Oral. O texto mostra a heterogeneidade das relações humanas pautadas especialmente sob a perspectiva social e cultural no meio em que as pessoas estão inseridas.

Palavras-chave: Cultura; coexistência; oralidades; reforma-agrária.

ABSTRACT: This article discusses the different forms of social reproduction Settlement Project (P.A.) Casa Verde, human and labor diversity that presents itself in this environment. It can see how people living there face everyday while in itself political and social agents of the place where they live. The theoretical-methodological approach is supported in the foreground for compatibility with agrarian history, albeit with a deepening in sociological theories. Historical sources were produced by the authors and have closer ties with the Oral History. The text comes to show the diversity of human relationships guided especially in the social and cultural perspective in the middle of where people are located.

Keywords: Culture; coexistence; orality; reform-land.

¹ 1 Docente do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Nova Andradina. Doutorando em História – UFGD.

² 2 Professora da Rede Municipal de Ensino no Distrito de Nova Casa Verde - Nova Andradina/MS. Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Especialização em Educação do Campo pela EAD – UFMS.

INTRODUÇÃO

A perspectiva crítica lançada por Pierre Boudieu aos geógrafos ao reconhecer que a Geografia por muito tempo contentou-se com o modesto, com o pequeno, o particular, a simples descrição, em contrapartida do grande, do abstrato, como a teoria defendida pela sociologia e pela economia. Segundo ele, enquanto descrevem pequenas regiões, perdem a oportunidade de compreender grandes fenômenos que levam ao progresso ou ao declínio das regiões. (BOURDIEU, 1989, p. 108/109). No entanto para Paul Veyne (1982), há uma teoria na qual todo historiador deve se inspirar: nunca considerar um fenômeno sem aproximá-lo de fenômenos semelhantes espalhados por outros lugares do mundo, da comparação nasce a luz, o princípio da geografia comparada.

Veyne, no entanto, faz sua crítica a sociologia e a etnografia, as chamam de pseudociências. Segundo ele, elas gostariam de existir, porém não conseguiram revelar nada que ainda não se soubesse. Nesse sentido:

Convém, pois, que os historiadores tomem consciência de que a sociologia é a história que eles negligenciam escrever e cuja ausência mutila a que escrevem, e que os sociólogos e etnógrafos compreendam que não podem pretender ser mais científicos do que os historiadores (VEYNE, 1982, p.143).

Neste sentido, o diálogo entre geógrafos e sociólogos que trabalham com temas voltados para a Reforma Agrária e assentamentos rurais no Brasil, por meio de pesquisas com fontes orais, em discussões que se desenvolvem acerca das relações sociais que estabelecem-se dentro de uma determinada região rural, um assentamento de Reforma Agrária, na fase pela quais seus parceleiros³ já estão dentro da área.

Este texto possui uma especificidade que é demonstrar o comportamento social das pessoas com o Projeto de Assentamento Casa Verde depois do processo de ocupação, o desafio de manter a família dentro de uma parcela de terra. “Terra, trabalho e família não podem ser consideradas em separado. Pensar em trabalho é pensar em terra e família; [...]. são categorias que ordenam o mundo rural [...]”. (SILVA, 2006, p. 199).

De acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973, p. 49), para se definir um bairro rural, deve-se deixar o aspecto econômico em segundo plano, deixando no primeiro plano o tipo específico de relações sociais e de relações de trabalho. Bairro rural é aquele cujos membros, estando à frente de empreendimentos rurais de que guardam responsabilidade, desenvolvem entre si relações de trabalho expressas na ajuda mútua, e conservam relações de vizinhança que se concretizam na participação, em nível social igualitário, das atividades quotidianas e festivas do grupo da localidade.

Neste sentido, procuramos desenvolver o texto com uma pesquisa acerca das formas de sociabilidades e das relações sociais destas famílias dentro do local e período pesquisado, em especial entre os anos de 1989 e 2009. Dentre essas relações destacou-

³ Dono de uma parcela de terra. Nomenclatura utilizada pelo INCRA para se referir aos assentados.

-se a religiosidade, que se manteve à frente de outras questões, como por exemplo, as econômicas. Talvez a religiosidade foi exaltada desta forma, exatamente porque estas pessoas estavam aflitas e ansiosas por melhorias em outros setores de suas vidas. Estas pessoas na sua maioria oriundas de regiões agrícolas, no entanto sem ter seu pedaço de chão, mantêm suas esperanças de trabalhar na terra pelo sustento de sua família, estas pessoas incorporaram o *habitus* social pela terra. Para Bourdieu “o *habitus*, é o produto de uma aquisição histórica que permite a apropriação do adquirido histórico” (BOURDIEU, 2007, p.83):

[...]a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus*. Aquele que tira o chapéu para cumprimentar reativa, sem saber, um sinal convencional herdado[...] (BOURDIEU, 2007, p. 82).

Neste texto percebemos três grandes processos durante os 20 (vinte) anos analisados: um primeiro momento de dificuldades durante a fase de fixação e adaptação das famílias na terra; o segundo momento de produção com todos integrantes da família envolvidos no projeto de Agricultura Familiar; e o mais recente se trata do envelhecimento dos chefes de família e o desligamento de seus filhos deste processo formando uma nova família, já fora do Projeto de Assentamento. Todo o processo gerou um ciclo de formas de sociabilidades, que mudaram e diminuíram durante este tempo. Mudaram com o acesso a novas tecnologias e diminuíram com o esvaziamento da região rural, e dando origem a novas formas de relações sociais já dentro do núcleo urbano criado a partir deste processo.

A História Oral foi utilizada para tratar as questões da memória humana, tanto coletiva, quanto individual e ajudar a pensar a história como experiência humana. Neste contexto, ela orienta a respeito do comprometimento que o autor/historiador deve ter ao produzir uma história do passado. Como os cuidados com recorte temporal e com suas próprias concepções e experiências, foi com esse comprometimento que as entrevistas foram realizadas entre os parceiros no interior do Projeto de Assentamento.

A História Oral se mostra relevante, pois valoriza a identidade de grupos onde a escrita é pouco difundida, e onde as relações contratuais de trabalho se quer existem, por meio da coleta de narrativas e da análise da versão de mundo e dos acontecimentos que os parceiros nos contam é que aprofundamos nossa análise do conjunto que em Nova Casa Verde se localiza. É importante frisar que a partir dos anos de 1970 alguns pesquisadores passaram a valorizar a memória como principal objeto de estudo da História Oral, dentre eles destacamos Alessandro Porteli e Raphael Samuel. A História Oral oferece um conjunto de técnicas para a pesquisa histórica de grupos sociais, por isso ela tem afinidade com a história social que trata dos marginalizados, como crianças de rua, sem-teto e sem-terras que por não ter muitas vezes outras fontes correlatas como a escrita, são considerados sem história. Bourdieu é crítico em relação a produção dessa história, ele diz que:

[...] Muitas vezes, as pessoas habilitadas a falar sobre o mundo social, não sabem coisa alguma sobre o mundo social, e as pessoas que realmente conhecem o mundo social não são capazes de falar dele [...] Os trabalhadores sabem uma porção de coisas: mais do que qualquer intelectual, mais do que qualquer sociólogo. Mas, de certo sentido não sabem, porque lhes falta o instrumento para apreender isso, para falar disso (BOURDIEU, *Apud* ADORNO 1996, p. 273).

Lembramos de algumas situações e cuidados que direcionam uma pesquisa. Como o ato de definir o tema, independente do ponto de partida, e a maneira de conduzir a pesquisa pelo historiador, o levará a caminhos e resultados diferentes dependendo de sua postura teórica e de sua vivência. “A história oral não tem sujeito unificado; é contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador” (PORTELLI, 1997, p.39).

Na narrativa dos entrevistados foi possível perceber o quanto a memória tende a valorizar os momentos de dificuldades. Foi o ponto no qual todos entraram em consenso. Segundo Bourdieu, esta forma de considerar a opinião de quem detém a experiência, ou seja, o conhecimento prático denomina-se *doxa*. Foram elaborados procedimentos que permitiram recuperar e analisar agentes do passado a partir de questões do presente. Para isso se fez necessário um método que demarcasse o caminho a ser percorrido do começo ao fim. Aqui utilizamos a fonte oral como ferramenta de transmissão de valores, sentimentos, enfim de cultura. Esta breve incursão analítica da historiografia sobre o método se fez necessária para adquirir conceitos, meios científicos e técnicas para analisar este passado. O trabalho histórico que se utiliza de fontes orais é infundável, dada a natureza das fontes; o trabalho histórico que exclui fontes orais (quando válidas) é incompleto por definição (PORTELLI, 1997, p. 37).

A análise foi realizada por meio das narrativas dos assentados no Projeto de Assentamento Casa Verde, de sua trajetória, as dificuldades enfrentadas e os recursos de que se utilizaram para permanecer na terra, e atualmente considerar que levam uma vida estável, apesar de muito trabalho. Também trazemos à tona as formas de sociabilidades que aconteceram durante estes vinte anos.

A TRAJETÓRIA DAS PESSOAS NO DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE: INTERMEIOS DO PASSADO E PRESENTE

Trabalhamos com o sentido de sociabilidade como a qualidade do que é social, uma aptidão ou tendência para viver em sociedade. A sociabilidade é possível em todos os meios, ou mesmo ser incorporada nos participantes de uma sociedade, em forma de *habitus* e vir a tornar-se perceptível fora da sua região de origem comum. Neste sentido, a trajetória dos parceiros do Projeto de Assentamento Casa Verde é

carregada de características que remetem a seu passado, mas que estão presentes nas relações sociais no cotidiano das famílias e das comunidades. Na mesma comunidade é possível encontrar pessoas de diferentes regiões do país, como Nordeste e Sul, envoltas em costumes e tradições, de forma a enriquecer a organização social local.

O primeiro momento de fixação das famílias na terra mostrou que as dificuldades eram inúmeras. Os pais de família iniciavam ao desbravamento da mata para a construção de suas casas, na sua maioria de madeira. Neste momento recursos que atualmente parecem não ter importância faziam muita falta.

Fotografia 01: Sr. Valdevino no Assentamento com sua família (S/d).



Fonte: Arquivo Pessoal Familiar do Sr. Valdevino José Ferreira

Com o difícil acesso para a cidade, gás de cozinha, combustível, alimentação, remédios ou médicos eram escassos. Para conseguir água os vizinhos se uniam entre dois ou três moradores e contratava-se um poceiro, pessoa que perfura a terra em busca de água, chamados de poço caipira. Essas famílias se reuniam durante a noite para retirar água do poço. Este era um momento de conversas, contar causos, as crianças brincavam de passar anel, esconde-esconde, ali a convivência era a luz da lua.

As pessoas entrevistadas pertencem a famílias que são oriundas de diferentes regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, como é o caso do casal Sr. Valdevino José Ferreira e D. Neuza Silva Ferreira oriundos da região de Floresta, próximo ao Município

de Mundo Novo região Sul do Estado. Baianos de nascimento vieram para o Estado de Mato Grosso do Sul fugindo da seca e da difícil situação do Nordeste brasileiro.

[...] Nós veio da Bahia em [19]75 mais eu já morava aqui quando eu casei. Eu vim em [19]71 em [19]75 eu voltei lá e casei. [...] Aí eu vim direto ali em Mundo Novo. Eu vim antes porque tinha dois irmão da minha mãe que morava ali em Floresta que eles tinha um sítio.[...] Depois eu voltei lá e trouxe meu pai, minha mãe e minha família, lá tava uma crise muito grande, uma seca. (Valdevino,01/05/2011). Aqui eles sofreu muito, mais tava melhor que lá. Eles carregava fardo de capim, pra prantá carregava nas costa e trabaiava por dia (Neuza, 60 anos, 01/05/2011).

Depois de passar praticamente 18 anos em Mundo Novo surge a proposta de vir para o Projeto de Assentamento Casa Verde, e receber seu próprio pedaço de chão, seria a realização do sonho. Sr. Valdevino conta que para vir para o Assentamento Casa Verde tinha que ter um determinado valor em dinheiro tendo em vista que não teriam investimentos em curto prazo. Neste sentido, ela avalia suas condições de vida e ainda a considera melhor do que de outros parceiros.

Em sua fala ele diz como conseguiu se manter no acampamento nos primeiros anos e posteriormente quando teve acesso às terras, desmatar e preparar o solo para a produção, sem a necessidade do recurso das carrovoarias, atividade comum naqueles primeiros anos.

Eu não cheguei a fazer carvão [...], porque eu abri assim. Você sabe quando nós veio pra cá num veio todo mundo igual né. Pra entrar aqui tinha que ter trezentos reais naquele tempo. Na verdade eu tinha e vim com esse dinheiro, dezessete vacas e um cavalo. Nos botava lá em baixo onde é do Seu Nedino. E nós tirava um leitinho e vendia e fazia um dinheirinho. Então você sabe como era o juro na popupança naquele tempo. Nós comia a renda desse dinheirinho. Peguei o sítio e fui vendendo meu gadinho pra ir quebrando, enleirando, plantando uma mandioquinha né. Que nem se diz, não foi fácil e teve muita gente que foi pió. (Valdevino, 63 anos, 01/05/2011).

Segundo ele, apesar de terem vindo para a região com alguns recursos, mas faltava também água e pasto para suas vacas, que quase morreram de fome. Além disso, ele também tinha quatro filhos pequenos, todos menores de 10 anos que ficaram fora da escola por algum tempo até que juntamente com outros pais conseguiram montar uma escolinha de “pau-a-pique” na qual estudavam todas as crianças de 1ª a 4ª séries do antigo 1º Grau.

Neste sentido, como podemos verificar mesmo quem tinha algum recurso financeiro, sofria com a falta da infraestrutura básica para permanecer na propriedade. Assim, apenas trabalhando junto com outros moradores é que puderam dar continuidade ao sonho de permanecer em suas terras. De acordo com Medeiros, “[...] os assentamentos até o momento existentes são espacialmente dispersos, muitas vezes sem nenhuma infra-estrutura viária [...] com apoios financeiros de assistência técnica, sanitário e educacional muito deficientes” (MEDEIROS, 2004, p.19).

Para suprir suas deficiências e a falta de infraestrutura por parte do Estado, eles se organizaram em grupos e buscavam formas de amenizar tais carências. Também na produção agrícola, como a plantação de mandioca também existia uma relação de cooperação, ou mesmo de solidariedade, não se pode falar de um trabalho coletivo, tendo em vista que cada família que produzia seu próprio sustento, nem de relações de trabalho assalariadas, o que existia era uma ajuda mútua.

Fotografia 02: Plantio de mandioca (S/d).



Fonte: Arquivo Pessoal Familiar do Sr. Joaquim Alves Barbosa.

Em períodos de plantio ou de colheita os moradores utilizavam trocas de diárias para conseguirem dar conta dos afazeres que acabavam sobrecarregando as famílias.

Aqui [...] era assim nós reunia e trocava dia, rancavam nossa roça, depois ia rancar a do Adão, depois a do Boló, depois a do Sr, Elmo [...] Aí quem tinha mais dia acertava: aí carpia, trocava os dia ninguém pagava em dinheiro, tudo era trocado (Neuza, 60 anos 01/05/2011).

Foi assim também para conseguir água, esta era considerada a maior dificuldade naquele momento. Em cada região do Assentamento os parceiros resolveram a situação de uma forma. Quem estava perto de rios se utilizaram de rodas d'água, os que estavam em lugares mais secos fizeram "poços caipiras", funcionam com sarilho, haja vista não ter energia nem motor para fazer a captação da água. Mas em ambas as situações, essas iniciativas sempre se davam em pequenos grupos, de forma coletiva.

Os poços artesianos foram perfurados pelo INCRA, no entanto permaneceram desativados em torno de cinco anos. Eram poços feitos com encanamento de ferro, por este motivo enferrujaram e quando foram ativados, já não funcionavam mais. Como verificamos na fala do Sr. Valdevino:

Que nem [...], quando nós chego aqui, nós puxava água naquele poço lá de noite. Nós puxava um tambor de água, cumpadre Toninho outro, seu pai outro[...] As veis a água acabava nois deixava pra puxar outro dia[...]. Água pra nós foi difícil né, quando aquele poço ligou pra trabaíá né, já não prestava mais. (Valdevino, 63 anos, 01/05/2011).

Outro casal entrevistado é o Senhor Joaquim Alves Barbosa e D. Aparecida Soares Barbosa, ele oriundo da Bahia vindo para o Centro Oeste do país, por volta de 1963, em busca de terra para plantar e por melhores condições de vida. Era o quinto filho de uma família de nove irmãos, passou pela região de Euclides da Cunha/SP, Nova Londrina/PR até chegar a Mato Grosso trabalhando em arrendamentos de terra juntamente com seu pai e todos seus irmãos. Casou-se em 1979 e passou a ser peão de Fazenda na região de Ivinhema. Ela paranaense da região de Nova Londrina, também filha de empregados de fazenda. Como eram filiados à FETAGRI foram convocados para participar do Projeto de Assentamento e no ano de 1989 acamparam dentro da Fazenda. Não houve invasões tendo em vista que a Fazenda foi desapropriada anteriormente. O Senhor Joaquim ficou no acampamento dentro da fazenda com a família – esposa e três filhos – até que as trilhas fossem abertas para se chegar nos sítios.

A partir do momento que o Senhor Joaquim foi para seu sítio às dificuldades só aumentaram, com três crianças pequenas: 05, 06 e 09 anos de idade, sem assistência pelo estado como cesta básica; ou outros auxílios, apenas mato por todos os lados a saída da família foi se unir aos vizinhos para perfurar poços, construir carroviarias para limpar a terra e levantar alguma renda para sustento da família. Aliás, as mulheres como Dona Aparecida e Dona Neuza transmitem mais a impressão de sofrimento que os homens, dá-se a impressão que por elas estarem junto dos filhos, vendo suas necessidades, tenham sofrido mais do que seus esposos. Inclusive nas entrevistas elas se repetem salientando as mesmas dificuldades: “Não tinha uma cesta básica, não tinha dinheiro, não tinha nada, ói eis era pequeno [...]”. (Neuza, 01/05/2011). “Mas já pensou o que nós passamos! Aqui dentro do mato com três crianças os borrachudos comendo. Nós não tinha dinheiro, vaca, tinha dia de nós não ter o que comer!” (Aparecida, 56 anos, 11/05/2011). Com a ajuda incondicional das esposas, eles não desistiram e permaneceram na terra até a situação começar a melhorar. Com alguns alqueires de terras já abertos, conseguem plantar a primeira roça de mandioca. Neste sentido, tais necessidades já foram constatadas por Borges:

[...] Trouxe ainda a evidência de carências como, por exemplo, a de uma política agrícola que atendesse às necessidades dos assentados, de assistência técnica, por parte dos órgãos governamentais, de necessidade de melhoria no transporte, moradia entre outras reivindicações. (BORGES, 2010, p. 234)

Uma das preocupações em comum mais evidente entre os entrevistados, durante o processo de implantação do Assentamento foi com a Educação. Cada um contribuiu de uma forma para que pudessem dar estudo aos filhos. Para exemplificar a fala do Sr. Joaquim Alves Barbosa apresenta com bastante clareza essa especificidade. Segundo ele.

E eu na preocupação né, porque eu não tinha dinheiro e queria dá um estudo pros menino. Pra Fernando, Jordana e Juanita. Juanita foi logo novinha e casou. O meu sonho era dos três estuda. Eu larguei de trabaia lá em Camapuá com o véio Maninho me dava umas condições boas. Eu não fui por causa de escola, lugar muito difícil de escola. Meu sonho era pôr eles na escola já que eu não estudei. (Joaquim, 59 anos, 11/05/2011).

Não era incomum, as meninas casar ainda na adolescência, quando terminavam a 8ª série do Ensino Fundamental, na falta de perspectivas elas optavam pelo casamento, o matrimônio apresentava-se como uma possibilidade de melhora, como um futuro de vida. Já em outros casos como dos filhos da D. Edna, que se orgulha em dizer que um é Professor de Matemática, a outra cursa Geografia na UFMS e o outro trabalha na Usina de Angélica. Assim como D. Aparecida Soares Barbosa, tem orgulho em dizer que tem um filho Professor de Matemática e sua filha cursa História na UFMS e a outra mora em Campo Grande. Era expressiva a preocupação em dar uma oportunidade de uma vida diferente da que eles tiveram, e para eles esta oportunidade somente seria possível por meio da Educação.

Situação diferente do que podemos verificar em Projetos de Assentamentos criados por Movimentos sociais como o MST. Neles os pais preparam os filhos para trabalhar na terra, eles passam a lutar pela terra, como uma herança dos pais, um legado. Rosimeire de Almeida (2006) chama esta herança de *habitus*⁴. No relato de um entrevistado é perceptível que ele herdou o sonho pela terra de seu pai e posteriormente incorporou a luta por ela e a transmitiu aos seus filhos:

Enfim, fazer tudo que fosse, partir para a briga mesmo para querer a terra e não fazer que nem eu o meu pai que ficou mais ou menos uns quarenta anos esperando a terra. Se eu ficasse que nem ele eu ia também ficar mais quarenta anos e morrer falando em terra, por isso que a gente foi pro acampamento e eu fui para a luta para ter a terra. Meus filhos saíram de casa, mas foram para o Santa Rosa [assentamento], todos tem um lote lá, todos os filhos não, tem uma que mora na vila em Itaquiraí, mas nós temos cinco filhos que tem lote no Santa Rosa. Eles ocuparam também, quer dizer, nós ocupamos então, pois eles foram e nós fomos juntos eu e a esposa, brigamos lá também mais ou menos a briga que nós fizemos pra conquistar o Indaiá (SALES, Assentado no projeto Indaiá *apud* ALMEIDA, 1999).

É consenso dizer que o Projeto de Assentamento Casa Verde, segundo todos os entrevistados, provocou em seus parceiros a sensação de estabilidade para ter uma velhice tranquila e confortável. Isso se deve ao fato de considerarem que estão melho-

⁴ Para Pierre Bourdieu o que denominamos de *habitus*, é sistema de disposições duráveis e transferíveis que exprime sob a forma de preferências sistemáticas as necessidades objetivas das quais ele é produto (ORTIZ, 2003, p.73).

res do que quando trabalhavam de empregados em Fazendas. Todos têm casa própria de alvenaria um carro na garagem e liberdade para fazer seus próprios horários para o trabalho. Ao contrário do exemplo do Projeto de Assentamento Taquaral em Corumbá, objeto de pesquisa da Dra. Alzira Salete Menegat, no qual alguns dos parceiros se sentem frustrados tendo em vista que tinham grande expectativa com a produção agrícola, a qual não aconteceu pela debilidade da terra. De acordo com ela:

Durante a pesquisa de campo, percebemos na fala de parte dos assentados, certa frustração com relação às terras do Taquaral, uma vez que nelas eles não produzem da forma como esperavam. Em alguns relatos, é perceptível o descontentamento, especialmente por parte daquelas famílias que se encontram localizadas em faixas onde as terras são impróprias para o desenvolvimento de atividades agrícolas, fato que faz com que estejam voltados para fora do Taquaral, uma vez que acalentam ainda o desejo de um lugar onde haja terra de boa qualidade. (MENEGAT, 2009, p. 31).

No P.A Casa Verde, os parceiros tinham a consciência de que não teriam apoio do Estado, apenas o desejo de ser proprietário de sua parcela de terra, e isso não os levou a frustração, haja vista não terem criado expectativa maior do que a realidade da terra poderia oferecer, uma vez que a qualidade da terra no P.A Casa Verde consegue suprir grande parte da demanda desejada pelos agricultores. Esse dado é de suma importância pois os entrevistados comentam sobre um valor em dinheiro que o parceiro deveria ter em mãos para receber seu lote, uma espécie de reserva econômica. Este valor segundo eles era uma exigência do INCRA para classificar quem tinha as mínimas condições de sobreviver na terra sem precisar do auxílio do Estado, especialmente nos primeiros anos. “Quem entro aqui já sabia que não ia ter ajuda do Governo. Esse assentamento aqui foi o mais esclarecido que já teve, ninguém veio aqui enganado não” (Joaquim, 59 anos, 11/05/2011).

É possível analisar na fala dos entrevistados, ao construir essa relação entre passado e presente de suas experiências de vida com base nos relatos. Eles concordam que apesar do lote não manter toda a família, ou seja, ainda havia e há a necessidade dos filhos adultos buscarem suas próprias parcelas de terras, seus próprios trabalhos, enfim, criar sua oportunidade de melhorar de vida. Quando isso ocorre a condição de vida do titular da propriedade melhora e isso já é suficiente para considerar que a luta que tiveram no passado para permanecer na terra atualmente foi compensatória. “Nossa melhora de vida foi de cem por cento, questão de valor da pessoa foi de cem por cento. Tudo bem que antes nós era novo e agora nós tá véio. Tirando o sofrimento [...] Mas se num tivesse tido a terra tinha tido sofrimento do mesmo jeito” (Geraldo 55 anos, 11/05/2011).

Eles explicam que os lotes não produzem o suficiente para toda a família, uma vez que as famílias são relativamente grande, giram em torno de seis ou sete pessoas. Talvez este seja o ponto no qual eles tenham se frustrado, tendo em vista que o esforço para se manter no lote era exatamente para dar qualidade de vida aos filhos. Em todos os lotes em que foram feitas as entrevistas estão morando apenas os casais, os mais velhos, os que ali chegaram primeiro, já com idade acima de 50 ou

60 anos e que ainda desenvolvem todos os trabalhos dentro da propriedade. Como a aposentadoria rural da mulher é a partir dos 55 anos de idade, a maioria já está aposentada, entre os homens esse número é menor, mas também tem alguns homens aposentados, esta renda da aposentadoria acaba sendo voltada para a manutenção da vida no sítio do assentamento.

Então né [...], agora nós não pode reclamar não né! Ta estabilizado, trabaia nós trabaia , prô ce vê, nós aqui tem a produção de leite e é nós memo. Não dá pra ficar todo mundo. Cê acha que um lotinho igual o meu e do cumpadre Joaquim , num dá pra viver em quatro ou cinco cada um. È uma família. Ce vê né, tenho quatro filho casado se fosse pra tudo eles vivê do sítio, acaba passando fome. (Valdevino, 63 anos, Maio 2011).

Os filhos do Sr. Valdevino têm idade entre 25 a 35 anos, e seus netos, os mais velhos têm entre 10 e 20 anos. Como por exemplo, a Juanita filha do Senhor Joaquim, que tem 30 anos e uma filha com 15. Isto também reflete que todos os filhos que se casaram com pouca idade, já tiveram seus filhos e na sua maioria pararam com os estudos. Quando as perspectivas tanto econômicas quanto de infraestrutura melhoraram, já por volta do final dos anos 90 com a instalação de energia elétrica, a implementação definitiva de redes de água, melhorando o acesso a escolas tanto de nível fundamental quanto médio, então os filhos dos assentados tenderam a estudar mais e a se casarem mais tardiamente, isto é com políticas públicas e programas de auxílio no interior do assentamento houve um redimensionamento da ideia de futuro aos mais jovens, em que a perspectiva do matrimônio passou a ser melhor visualizada e não ser a saída única para um recomeço.

Esta situação coincide com a do P.A Taquaral de Corumbá, o esvaziamento das propriedades rurais, pela falta de políticas voltadas para a manutenção destes filhos na área rural, nas parcelas de terra que pertencem a seus pais e que serão deles por herança. Outro fator agravante para este esvaziamento é a debilidade da terra que se destina a reforma agrária, como verificamos em Menegat, “Assentados entre a Lama e a Areia”, que perspectiva se pode ter nos próximos vinte anos deste tipo de reforma agrária? A autora levanta estes questionamentos:

O insucesso e falta de perspectivas fizeram com que os assentados refletissem sobre a situação vivida no Taquaral: passaram a olhar para seus lotes. Por meio deste olhar, perceberam que se encontram numa condição em que é difícil produzir. Mostram o contraste entre a alegria de possuir terra e desânimo quanto as dificuldades de vida no Taquaral, não só no que se refere à produção, mas também quanto a manutenção da união familiar. Como esperar que um filho queira continuar no espaço do lote se hoje o pai não consegue dele retirar todo o sustento da família? O lote é visto como patrimônio da família, mas a partir do momento em que o lote não cumpre a função esperada, a de garantir que se viva da produção, perde sua importância. Nessa situação a família tem suas perdas: os filhos migram para as cidades a fim de estudarem e de lá poucos retornam (MENEGAT, 2009, p. 155/156).

Entendemos desta forma, que o sucesso da Reforma Agrária praticada no Brasil depende de políticas que sejam pensadas em conjunto com os assentados, e que cada Projeto de Assentamento desenvolvido seja estruturado de forma específica, contemplando a diversidade tanto social quanto geográfica e quiçá muito em breve histórica. Desta forma, estes projetos garantiriam o sustento e a permanência destas famílias nas áreas rurais em longo prazo, pois aproxima as pessoas das políticas sociais, e no interior desta prática política, a convivência entre os pares, melhorando a perspectiva cultural, econômica, e o conjunto da comunidade como um todo, pois a aproximação da escola aprimora a possibilidade da aproximação das diferentes formas de culturas como religiosidades, as práticas esportivas, as manifestações festivas, entre outras maneiras de produção e reprodução de modelos de coexistência, em que o papel do Estado se torna quase que imperceptível após a sua implementação, mas sem esse papel o agravante é muito pior, pois impossibilita a possibilidade.

FORMAS DE SOCIABILIDADES NO PROJETO DE ASSENTAMENTO CASA VERDE

As principais formas de sociabilidades dentro desta organização social do P.A Casa Verde foram as comunidades religiosas católicas, nas quais as famílias organizavam quermesses⁵ para arrecadar fundos para a construção da igreja, dos salões ou para outros fins como ajudar pessoas doentes. Em tais quermesses toda a família se mobilizava, as mães na cozinha, limpavam frango, descascavam mandioca, preparavam os salgados e doces para vender. Os pais ficavam responsáveis em pedir prendas para leilões, armar as barracas, contratar o som, convidar equipes para participar do torneio de futebol. Também eram os responsáveis pelo churrasco, desde a matança das novilhas até ele sair quentinho da churrasqueira. Já as crianças colavam as bandeirinhas, limpavam as mesas e cadeiras e torciam para ganhar roupa nova e voltar durante a noite.

Na Comunidade Santa Luzia, comunidade presente no interior do Assentamento Casa Verde as quermesses eram ainda mais grandiosas, a principal atração era o Rodeio em Touros, atraía peões de toda a região. Estas comunidades ainda existem, porém, com grande estrutura física e poucas pessoas. Algumas ainda se mantêm, dentre elas podemos destacar: Nossa Senhora do Caravaggio, Nossa Senhora Aparecida, Santa Luzia, São José, Sagrado Coração de Jesus, Clube de Mães, e Imaculada Conceição.

⁵ Festas religiosas ou de caridade anuais com leilão de prendas

Fotografia 03: Quermesse na Comunidade Católica Nossa Senhora Aparecida (1994)



Fonte: Arquivo Pessoal Familiar do Sr. Valdevino José Ferreira.

Existe também uma pequena Capela no pátio da empresa de ônibus Viação Motta Ltda, chamada Comunidade São Pedro. Inicialmente era destinada apenas aos funcionários do restaurante e da lanchonete que moravam no alojamento da empresa, no entanto, com o surgimento do Distrito de Nova Casa Verde, tal capela cresceu ao ponto de no ano de 2007 ser elevada a condição de Paróquia, e atualmente é responsável por todas as comunidades rurais dos Assentamentos, inclusive o Assentamento Aldeia e o Assentamento Santa Clara que pertencem ao Município de Bataguassu - MS, ressaltamos que o Assentamento Casa Verde, assim como o Distrito de Nova Casa Verde pertencem ao município de Nova Andradina - MS.

Os salões comunitários também são utilizados para outros eventos como cursos de pintura, corte, costura e para a aprendizagem sobre o reaproveitamento de talos entre outros. Na sua maioria estes cursos de formação eram fornecidos pela EMPAER⁶, que disponibilizava técnicos para ministrar cursos preparatórios principalmente para as mulheres. Percebe-se que a iniciativa das comunidades, como nesse caso de denominação católica há o redimensionamento dos espaços de sociabilidade, os salões não servem apenas às atividades de Igreja Católica, quando os cursos são oferecidos toda a comunidade é convidada a participar independente de sua crença ser Católica ou não, ele se torna um espaço de conhecimento, de oportunidade, de aprendizagem.

⁶ Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul, durante um período foi denominada de IDATERRA, e atualmente chama-se AGRAER.

Fotografia 04: Encerramento do curso de tricô (S/d).



Fonte: Arquivo Pessoal Familiar do Sr. Joaquim Alves Barbosa

Neste período, assim como as crianças, os adultos católicos também freqüentavam os cultos Evangélicos e vice-versa, pessoas de diferentes religiões congregavam juntas, sem resistência das partes, ressaltando que embora o contingente católico sempre fosse a maioria, as Igrejas Neopentecostais possuem grande representatividade no interior do Assentamento.

Geralmente as comunidades construídas eram católicas, no entanto isto não significava uma divisão, pelo contrário, eram locais além de religiosos, de convívio social e de lazer. Os cultos evangélicos aconteciam nas casas dos assentados dessa denominação religiosa, pois não foram construídas Igrejas Evangélicas dentro do Assentamento num primeiro momento. Atualmente o Distrito de Nova Casa Verde como um todo conta com mais de dez instituições religiosas evangélicas, e mais de cinco católicas, todas com suas sedes e instalações próprias.

Fotografia 05: Culto Ecumênico realizado pela Igreja Evangélica em uma casa (S/d).



Fonte: Arquivo Pessoal Familiar do Sr. Valdevino José Ferreira

Em bairros rurais, é muito intensa a vida religiosa, em oposição a outras questões como a política e a economia. Parafraseando o que Maria Isaura Pereira de Queiroz já dizia em 1973, que “se a vida política é quase inexistente, a vida religiosa, ao contrário é intensa. As festas religiosas constituem a atividade recreativa por excelência e o pretexto para os moradores do bairro se encontrarem regularmente” (PEREIRA DE QUEIROZ, 1973, p. 42). Isto se deve ao fato de que em condições de pobreza e de dificuldades as pessoas tendem a recorrer a fé, ou de se aproximar das manifestações e estruturas onde popularmente se reconhece sua essência, funciona como um recurso para amenizar ou socorrê-los em suas dificuldades. Marisa de Fátima Lomba Farias, concorda com esta afirmativa, de acordo com ela:

As lideranças caminham na direção tomada pela Igreja quando faz a opção pelos pobres e oprimidos, tentando relacionar o evangelho ao momento histórico e às dificuldades de sobrevivência. É uma estratégia de ação, o discurso passa a ser político-cultural, procurando trabalhar para que o povo reflita sobre sua condição [...] (FARIAS, 2006, p. 125).

Estas comunidades se organizam e realizam reuniões para solicitar benfeitorias para suas respectivas regiões, como escolas, rede água ou poços semi-artesianos e energia elétrica. As escolas rurais funcionavam em salas precárias, multisseriadas de 1ª a 4ª série, poucas carteiras, sem água ou banheiro adequado. Os professores eram

da própria comunidade apenas contratados pelo município, como Prof^a. Eunice Ferreira Katsumata, já aposentada, e Prof. Jurandir de Lima Costa que atualmente ainda mora no sítio e exerce a profissão na E.M. Luis Cláudio Josué no Distrito de Nova Casa Verde.

Como percebemos os momentos de sociabilidade são na sua maioria voltados para as ações das religiosidades, independente das crenças. Neste período é importante ressaltar que estes momentos já se iniciavam a caminho da igreja ou das casas que aconteciam estas “rezas”, como eles mesmos denominam. Isto acontecia porque todos percorriam este trajeto a pé, haja vista em algumas comunidades ninguém possuía carro. Durante este percurso em meio à mata, aconteciam longas conversas, contavam-se contos e lendas. Às vezes era assustador, pois estas caminhadas eram noturnas e alguns perigos eram reais como animais peçonhentos, onças e outros. Como podemos perceber os motivos que atraem grupos de pessoas para momentos de sociabilidade não mudam, mesmo com o passar de décadas, tais características foram constatadas por Maria I. P. de Queiroz já na década de 1970. De acordo com ela:

As atividades religiosas, cujo momento de realização mais comum são as festas, servem para congregar os moradores de um bairro; as famílias dispersas no espaço geográfico se definem como grupos pelo fato de atenderem também tais encontros periódicos [...] A vida dos bairros se caracteriza por um ritmo que lhe é próprio, a dispersão habitual e cotidiana alterna com momentos de aproximação, proporcionados ora pela necessidade de certos trabalhos em comum, ora pelas festas, tanto em função religiosa quanto em função recreativa.(PEREIRA DE QUEIROZ, 1973, p. 73).

As missas aconteciam apenas uma vez ao mês, no entanto durante o restante mês aconteciam cultos, terços e novenas. Durante o mês de abril tinha as reuniões da Campanha da Fraternidade, em maio se comemora o mês de Maria Mãe de Jesus, se rezava terços nas casas das pessoas diariamente, assim como a Novena de Natal, pela saúde de enfermos, para pedir ou agradecer pela chuva. Todos estes momentos também era uma forma de lazer, tendo em vista que em suas casas poucos tinham acesso aos meios de comunicação e não dispunham de qualquer outro conforto, eram casas escuras iluminadas à luz de lampião a gás, velas ou lamparinas, o rádio de pilhas era o condutor principal de informação dos moradores, era ele quem detinha as notícias, os eventos, as músicas, enfim constituía-se como um dos principais bem da família, haja vista nem geladeira era possível ter. Aos finais de cada reunião os homens ficavam conversando de um lado, as mulheres de outro, as crianças brincavam enquanto era servido um chá, ou café, com pipoca ou bolinho. Algumas famílias com melhores condições financeiras dispunham de televisão a bateria e de geladeira a gás, que foram trazidas de outras paragens. Nestas casas também aconteciam momentos de sociabilidade como é o caso da Copa do Mundo de Futebol no ano de 1994 e ao enterro do piloto de Airton Senna no mesmo ano, todos se amontoavam em frente da TV de 14 polegadas preta e branca, vibravam ou se emocionavam juntos.

Com a chegada da energia elétrica já no ano de 1999, e o aumento do conforto

em suas casas como televisão, geladeira, e outros eletrodomésticos, as famílias diminuem o tempo de convívio social, principalmente nas atividades comunitárias. Esta diminuição dos momentos de sociabilidades também está relacionada à diminuição do número de pessoas morando nos sítios, os filhos depois de adultos saem para trabalhar, se casam e não mais retornam para os sítios, ou este retorno acaba sendo breves visitas aos pais ou familiares, a participação social engajada já não ocorre mais.

CONCLUSÃO

O texto procurou demonstrar capacidade que as relações sociais possuem de alterar ou mesmo determinar uma região. O Assentamento Casa Verde é um misto de acertos e erros que demonstram a inexperiência da política agrária do Brasil. Considerando acertos em se fazer um Projeto de Assentamento, e erro a maneira como ele foi concebido. É salutar dizer que a problematização em torno das fontes e da memória que no texto se apresentou não privilegiou um aporte teórico exaustivo, pois a nossa intenção com o texto era justamente expor um pouco sobre a prática social que essas pessoas e suas lembranças pudessem nos contar.

No entanto percebemos que por meio do desejo das pessoas em permanecer na terra, atrelada as formas de relações sociais que tem como uma das características a ajuda mútua, levaram a sua consolidação com uma característica ímpar: delimitar fronteiras que vão além de sua área física. Estas fronteiras são demarcadas pelas pessoas e por sua capacidade de sociabilizar-se. Esta análise leva-nos a compreender que mesmo sem símbolos oficiais, como placas ou títulos, ou mesmo com o declínio demográfico rural deste Projeto de Assentamento estas fronteiras já foram demarcadas de uma forma que não podem mais ser apagadas.

Esta qualidade do Assentado, segundo Alzira Salette Menegat, é quem vai determinar a forma de desenvolvimento de um Projeto de Assentamento, e não pode ser comparada a outras formas de organização rural, segundo ela:

[...] só para além do viés econômico pensaremos o assentado, que é o agente primordial do assentamento. Não é possível querer tornar as pequenas parcelas provenientes de projetos de reforma agrária imagem e semelhança das pequenas propriedades oriundas dos projetos de colonização ou torná-las um modelo em miniatura da grande propriedade. Dessa forma, pensar o assentamento implica considerá-lo como um lugar com um modo de vida próprio, que por vezes foge às regras preestabelecidas. (MENEGAT, 2009, p.105).

É possível entender a religiosidade como o principal recurso na falta de todos os outros necessários. Assim como a importância da família para o sucesso deste processo. Estas questões não são consideradas como parte do Projeto de Assentamento, estas pessoas são despojadas de seus costumes e crenças e recorrem à sociabilidade como uma forma de recuperar, se adaptar ou mesmo de criar uma nova identidade, e sobre-

tudo uma nova forma de coexistência.

Concordando com Strazzacappa, diríamos que a Reforma Agrária é o conjunto de mudanças promovidas pelo governo de um país, envolvendo instituições e pessoas que busquem acomodar o homem na terra promovendo a justiça social pela redistribuição de terras ociosas a quem se proponha a cultivá-las para garantir a sustentação básica da sua família com boa qualidade de vida e venda do excedente. Redirecionar o foco da Reforma Agrária em torno da democratização e na justa distribuição de terras, juntamente com uma política baseada no desenvolvimento da agricultura sustentável, bem gerenciada é o que levará o Brasil a melhoria das condições de vida no campo, e, sobretudo, dos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária.

FONTES

Entrevista com Sr. Geraldo Alves Barbosa, elaborada no dia 11/05/2011 na residência do Sr. Joaquim Alves Barbosa, entrevista cedida para Jordana Cristina Barbosa Alves, com duração de 39 minutos, tendo como suporte Fita Demo Tape.

Entrevista com Sr. Joaquim Alves Barbosa e Dona Aparecida Soares Barbosa, elaborada no dia 11/05/2011 em sua residência, entrevista cedida para Jordana Cristina Barbosa Alves, com duração de 36 minutos, tendo como suporte Fita Demo Tape.

Entrevista com Sr. Valdevino José Ferreira e Dona Neusa Silva Ferreira, elaborada no dia 01/05/2011 em sua residência, entrevista cedida para Jordana Cristina Barbosa Alves, com duração de 56 minutos, tendo como suporte Fita Demo Tape.

QUESTIONÁRIO:

Entrevista com Dona Edna de Oliveira Silva, cedida através de questionário aplicado por Rejane Conceição de Oliveira Silva, no dia 05/05/2011.

FOTOGRAFIAS:

Acervo do Arquivo Pessoal e Familiar do Sr. Valdevino José Ferreira.

Acervo do Arquivo Pessoal e Familiar do Sr. Joaquim Alves Barbosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ALMEIDA, Rosimeire A. A luta pela terra no Brasil. In: *Revista Fronteiras: Campo Grande - MS: EdUFMS*, vol. 03, nº 06, 1999.

BORGES, Maria Celma; OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. (orgs.). *Cultura, Trabalho e Memória: Faces da Pesquisa em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande - MS: Ed. UFMS, 2006.

BORGES, Maria Celma. *O desejo do roçado: Práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema* – SP. São Paulo: Annablume, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 11ª Edição. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Acampamento América Rodrigues da Silva: Esperanças e desilusões na Memória dos Caminhantes que lutam pela terra*. Dourados: Fundo de Investimentos Culturais de MS; Dinâmica, 2006.

MEDEIROS, Leonilde S. de; LEITE, Sérgio. *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MENEGAT, Alzira Salete. *No Coração do Pantanal: Assentados na Lama e na Areia as Contradições entre os Projetos do Estado e dos Assentados no Assentamento Taquaral* – MS. Dourados - MS : Editora UEMS / Editora UFGD 2009.

Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Assistência Social. <http://www.abmp.org.br/textos/92.htm> (acesso em 16/05/2011).

ORTIZ, Renato. *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho D'água, 2003.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *Bairros Rurais Paulistas: Dinâmica das Relações Bairro Rural – Cidade*: São Paulo: Duas Cidades, 1973.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. In: *Projeto História*. São Paulo, (14), Fev. 1997.

SAMUEL, Raphael. Documentação: História Local e História Oral. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Vol. 9, nº 19. pp. 219 – 243 Set. 89/Fev. 90.

STRAZZACAPPA, Cristina. *A luta pelas terras no Brasil: das sesmarias ao MST*. São Paulo: Moderna, 2006.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história* Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp, Brasília: Ed. UNB, 1982.

Artigo recebido em: 04/09/2013

Artigo aprovado em: 08/10/2013